



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VICTÓRIA DANIELLY LEITE FERREIRA

IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

**MONTEIRO- PB
2022**

VICTÓRIA DANIELLY LEITE FERREIRA

IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Economia

Orientadora: Prof^ª. Me. Ilcleidene Pereira de Freitas.

**MONTEIRO- PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383i Ferreira, Victoria Danielly Leite.
Impactos na economia brasileira durante a pandemia do Covid-19 [manuscrito] / Victoria Danielly Leite Ferreira. - 2022.
29 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Crise Econômica. 2. Covid-19. 3. Indicadores
macroeconômicos. I. Título

21. ed. CDD 330.981

VICTÓRIA DANIELLY LEITE FERREIRA

IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Economia

Aprovada em: 29 / 11 / 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Me. Ilcleidene Pereira de Freitas (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Wilton Alexandre de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus por ser minha maior fonte de força, aos meus pais pela dedicação e apoio, a meu marido por todo incentivo e força, aos meus familiares e amigos. DEDICO

“Eis que Deus é a minha salvação; nele confiarei, e não temerei, porque o SENHOR DEUS é a minha força e o meu cântico, e se tornou a minha salvação.”

Isaías 12:2

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Crises Econômicas no Brasil	11
2.1.1	Crise Econômica de 2014-2017	14
2.1.2	Situação Econômica: Visão Pré-Pandêmica.....	16
2.1.3	Situação Econômica Pós-Pandêmica	17
2.2	Estudos Anteriores	18
3	METODOLOGIA.....	20
4	ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	21
5	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS.....	26

Impactos na economia brasileira durante a pandemia do Covid-19

Victória Danielly Leite Ferreira¹

RESUMO

Atingindo o mundo de um modo geral, não é segredo que a pandemia do Covid-19 esta acarretando grandes impactos no sistema econômico global. O principal objetivo do trabalho é demonstrar como, efetivamente, a pandemia impactou a economia do Brasil, bem como as possíveis estratégias utilizadas para minimizar esse impacto. Partindo da premissa que o Brasil já se encontrava em precária situação anteriormente a pandemia, se fez necessário também uma análise histórica da economia. O trabalho foi produzido através da metodologia bibliográfica e documental, onde foram utilizados periódicos e publicações mais antigas e recentes, que estivessem ligadas direta ou indiretamente com o tema. Utilizando como base para desenvolvimento dos resultados da pesquisa alguns indicadores macroeconômicos, levando em conta dados dos anos de 2016 à 2021. A variação do PIB chamou a atenção para seu aumento significativo comparado ao ano em que se iniciou a pandemia, passando em 2020 seu percentual de 4,06 negativos para 4,6 positivos em 2021, aumentando assim 8,54 pontos. Com a taxa Selic no último período do estudo, chegou a 9,15%, de modo que, quando a Taxa está elevada, a inflação também sobe, chegando à 10,06%. Em contrapartida, a taxa de desempregado surpreende, não tendo uma alta superior ao ano em que o mundo estava se iniciando a pandemia do COVID-19, passando de 14,2% em 2020 para 11,1% no ano seguinte, mesmo percentual que apresentou no ano de 2019 quando se estava “tudo normal”. Foi possível concluir, que o Brasil na verdade tem se saído muito bem no cenário pós-pandêmico, com índices que demonstram crescimento contínuo, apesar da situação.

Palavras-chave: Crise Econômica. COVID -19. Impactos.

ABSTRACT

Hitting the world at large, it is no secret that the Covid-19 pandemic is having major impacts on the global economic system. The main objective of the work is to demonstrate how, effectively, the pandemic impacted the Brazilian economy, as well as the possible strategies used to minimize this impact. Starting from the premise that Brazil was already in a precarious situation before the pandemic, a historical analysis of the economy was also necessary. The work was produced through bibliographical and documentary methodology, where older and more recent periodicals and publications were used, which were directly or indirectly linked to the theme. Using some macroeconomic indicators as a basis for developing the research results, taking into account data from the years 2016 to 2021. The GDP variation drew attention to its significant increase compared to the year in which the pandemic began, passing in 2020 its percentage from negative 4.06 to positive 4.6 in 2021, thus increasing 8.54 points. With the Selic rate in the last period of the study, it reached 9.15%, so that when the rate is high, inflation also rises, reaching 10.06%. On the other hand, the unemployment rate is surprising, not having a higher increase than the year in which the world was starting the COVID-19 pandemic, going from 14.2% in 2020 to

¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB CCHE

11.1% in the following year, the same percentage as presented in 2019 when everything was “normal”. It was possible to conclude that Brazil has actually done very well in the post-pandemic scenario, with indices that demonstrate continuous growth, despite the situation.

Keywords: Economic Crisis. COVID -19. Impacts.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a economia brasileira tem passado por altos e baixos no decorrer dos anos. Através de observações documentais sobre os acontecimentos históricos recentes que envolvem o sistema econômico brasileiro é possível observar que o país passou por um processo de expansão da sua economia, até meados do ano de 2013, mas que de forma abrupta em 2014, entrou em um processo de recessão indiscutível, que culminou na grande recessão de 2015 a 2016 (BARBOSA, 2017).

Nesse período, é possível observar que até o crescimento do PIB, alcançou a histórica média negativa de 3,7%. Além da recessão econômica, àquela época, vários problemas sociais também despontaram. Houve inúmeras discussões a respeito da desaceleração econômica e da recessão, que foram bastante acaloradas (IDEM, 2017).

É compreensível que foram adotadas de fato políticas econômicas autônomas, que puderam reduzir a inflação no país. Porém em contrapartida houve uma desvalorização cambial e uma deterioração fiscal, entre outros problemas enfrentados (IDEM, 2017).

É fato que foram adotadas de políticas econômicas autônomas, que puderam reduzir a inflação no país. Porém em contrapartida houve uma desvalorização cambial e uma deterioração fiscal, entre outros problemas enfrentados.

Observando a linha do tempo, é possível identificar que em apenas 3 anos depois da recessão, insurgiu não só para o país, mas para todos os países, a pandemia. O COVID-19 foi uma pandemia que prejudicou de forma incisiva todas as economias de todos os países. Em especial, ao se falar da economia brasileira, que ainda passava por um processo de superação da recessão.

A pandemia da COVID-19 tem sido um desafio não só para o Brasil, mas, também para o mundo todo. A importância desse estudo nos leva a compreender melhor o que veio a resultar nos impactos da economia.

Diante a importância de fazer a análise do tema, buscou-se responder o seguinte questionamento: **De que forma a pandemia do COVID-19 impactou a economia brasileira?**

O objetivo geral deste artigo, não é somente analisar a economia brasileira pós COVID-19, mas observar e fazer uma análise mais profunda, sobre como já vinha se apresentando na economia do país.

Neste sentido, os objetivos específicos deste trabalho, é apresentar um referencial teórico a respeito da história da economia brasileira de forma breve, analisar ela no momento de pré-pandemia, ou seja, entre 2016 a 2019, e observar a situação da economia Brasileira pós COVID-19, ou seja, em 2020 e 2021, até o momento que esse trabalho se desenvolve e observar também quais medidas foram tomadas pelas autoridades a respeito da crise ocasionada pela pandemia.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Neste item será abordado um pouco sobre a literatura econômica no que diz a respeito do aspecto geral da economia Brasileira. Serão analisadas as principais crises econômicas do país, observando especificamente a situação econômica de 2018, no período pré-pandemia, e na situação pós-pandêmica imediata, ou seja, entre 2020 e 2021. Outro tópico se tratará de alguns estudos anteriores sobre a temática apresentada na presente pesquisa.

2.1 Crises Econômicas no Brasil

Neste tópico serão discutidas e analisadas as crises econômicas mais recentes que acometeram o país, porém inicialmente cabe salientar e demonstrar o período que passou a economia Brasileira entre 2004 e 2010.

Mas para compreender como se deu essa crise, é necessário observar alguns acontecimentos. Anteriormente existia um modelo econômico, mas esse modelo foi se arrastando até o governo Collor onde finalmente se buscou expor o país a concorrência Internacional.

Com o Presidente da República Fernando Collor os brasileiros começaram a poder adquirir produtos de melhor qualidade do que os fabricados aqui dentro e como a nossa indústria era de “papel”, ou seja, muito frágil, muitas empresas quebraram devido à concorrência desses produtos já o processo de abertura econômica foi mantido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso que teve como prioridade à estabilidade monetária tendo conseguido o feito, através de muito custo e distorções econômicas.

A Carga tributária foi aumentado em 5 pontos percentuais durante o seu governo e a dívida pública galopou, tais fatos foram um peso a mais para as empresas brasileiras esse custo adicional, mas a concorrência externa foi fatal para muitas empresas no Brasil, no entanto, apesar de uma quebradeira e muito desemprego houve crescimento econômico durante seu período.

Mas ao mesmo tempo em que o país crescia, a indústria extrativista mineral e o setor de serviços cresceram enormemente além de uma modernização da própria economia ao poder importar bens de capital de melhor qualidade.

No governo seguinte, Lula ao contrário do que dizia durante sua campanha, manteve o modelo econômico do governo anterior, além disso, montou uma equipe econômica tida como ortodoxa com nomes como Alexandre Schwartzman, Marcos Lisboa, Joaquim Levy, Henrique Meirelles, Afonso Bevilaqua, Antônio Ballot entre outros. (ZILBERMAN, 2017).

Um fato importante para o forte crescimento durante o governo Lula foi a reforma do crédito consignado. Marcos Lisboa, então secretário de política econômica da fazenda, sugeriu uma atualização na legislação para que fossem criadas garantias para os credores na época petista radicais dizem que tal medida só serviria para garantir o lucro dos bancos e a reforma foi feito sendo o crédito consignado um grande responsável para que o crédito pudesse sair de patamares próximos de 20% do PIB para patamares superiores a 50% do PIB além disso os juros dessa modalidade de crédito caíram de 7% para 2% no fim de 2003 a produção industrial mais especificamente é de bens de capital e de bens duráveis começou a decolar forte expansão durou até 2009 quando caiu vertiginosamente como reflexo da crise global (OREIRO, 2013).

A economia brasileira viveu a melhor fase do ciclo em análise, com crescimento médio anual de 4,5%. Entre 2011 e 2014, esta taxa caiu para 2,4% e no biênio 2015-16 a economia mergulhou em profunda recessão, com crescimento médio anual negativo de 3,5% (BCB, 2018). Embora o investimento seja a variável responsável pela dinâmica econômica no longo prazo, o crescimento de 2004-2010 não foi puxado principalmente por ele, mas sim pela conjunção de estímulos advindos de um cenário externo altamente benigno e da expansão do consumo doméstico, em um contexto de elevada capacidade ociosa da economia, decorrente de vários eventos sucessivos, como a crise cambial de 1999, o “apagão” de 2001 e o “Efeito-Lula” nas eleições de 2002. A política de estímulo ao consumo também teve seu papel na recuperação econômica após 2003: políticas sociais

de valorização real do salário-mínimo, de transferência de renda (sobretudo o Bolsa Família), a apreciação contínua da taxa de câmbio real que confere ganhos reais aos salários, e o grande aumento da relação crédito/PIB, que passou de 25% em 2003 para 40% em 2008 (BCB, 2018).

O investimento cresceu durante a expansão cíclica da economia, porém, partindo de um patamar extremamente baixo e sem força suficiente para explicar o desempenho da economia em 2004-10. A taxa de investimento saiu de 17,3% do PIB em 2004, alcançou 18% em 2007 e 20,5% em 2010, porém foi sempre inferior a 19,5% entre 2003-09 (IBGE, 2018). Todavia, para se alcançar um crescimento sustentado da economia brasileira de 4,5% ao ano, a taxa de investimento deve ser de 24% do PIB (OREIRO, 2013).

O crescimento daquele período foi *export-and-consumption-led*² viabilizado por elevada capacidade ociosa: na indústria de transformação, a utilização da capacidade produtiva era de 79,7% em 2003, e em 2008, 83% (IPEADATA, 2017). Porém, o crescimento da economia foi interrompido em 2009 pela crise financeira mundial, que repôs parte da capacidade ociosa. Uma série de políticas contracíclicas foi adotada do final de 2008, possibilitando um expressivo crescimento em 2010, ainda em um contexto de baixo uso da capacidade produtiva: 80,6% em 2009 e 83,3% em 2010 (IPEADATA, 2017). Não obstante, o crescimento foi acompanhado do aumento do investimento, que alcançou 20,5% do PIB em 2010 (IPEADATA, 2017), contudo, ainda insuficiente para garantir o crescimento sustentado da economia.

Em 2011 teve início a fase descendente do ciclo: o crescimento caiu para 4% e foi se reduzindo até alcançar 0,5% em 2014 e -3,5% em 2015 e em 2016. Tendo como pano de fundo este panorama do ciclo econômico, analisar-se-á a seguir a relação entre as políticas macroeconômicas adotadas a partir de 2011, as convenções formadas, o *downturn*³ e a recessão econômica brasileira (IPEADATA, 2017).

O primeiro governo Dilma iniciou-se em 2011, e foi marcado por um caráter extremamente contraditório da sua política macroeconômica, que ficou conhecida como nova matriz econômica. Em 2014 quando Dilma foi reeleita, houve uma mudança extremamente radical na política econômica, que serviu tão somente para corroborar que o sistema aplicado de 2011 a 2014 foi mal-sucedido. Para compreender por que essa política foi mal-sucedida é necessário observar pontos específicos como a política fiscal adotada e a política cambial (MENDONÇA, 2016).

Observar-se que entre 2011 e 2014 o valor das exportações brasileiras em dólares Correntes que anteriormente havia subido neste primeiro governo Dilma passou por uma queda de 12% (MENDONÇA, 2016).

De 2011 a 2013 já se viu uma queda do PIB de 2,89% para 1,74%. Mas a situação ainda chegaria a um momento pior (IDEM, 2016)

Em 2011, por exemplo, o governo demonstrou atitudes contraditórias. Primeiramente o governo começou a lançar a segunda fase do programa de aceleração de crescimento, conhecido como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) 2. Esse programa tinha como objetivo promover o investimento público, e para isso implementou uma forte contração fiscal, baseada tão somente em queda nominal dos seus investimentos inclusive das empresas estatais. Porém ao mesmo tempo naquele mesmo ano o governo ainda reduziu o crescimento do seu gasto real de consumo, pela primeira vez inclusive desde 1994 não concedendo aumento real do salário-mínimo (SERRANO,

²Exportação e consumo liberados

³Recessão

2015).

O PAC 2 se tratava de um plano de 4 anos de investimentos públicos principalmente investimentos em infraestrutura, ou seja, a escolas, hospitais, entre outros investimentos. À época, esperava-se que o PAC estimulasse e encorajasse investimentos privados, porém no mesmo ano se iniciou uma forte contração fiscal.

O Programa apresentou diversas falhas ligadas a um orçamento público engessado, à incapacidade de gestão do Estado, à institucionalidade e legislação vigente no país, que impediram a execução de muitas de suas obras, fazendo o investimento público permanecer estacionados em torno de 2,5% do PIB (MINEIRO, 2022).

Além da estagnação do investimento público, não se organizou um orçamento de capital capaz de atuar de modo contracíclico, caso fosse necessário. Esses fatores impediram o PAC de coordenar as expectativas e estratégias de investimento privado e, assim, estimular uma convenção na direção dos sinais que o Programa se propunha: acelerar o crescimento.

A política fiscal emitiu sinais contraditórios. Ela perseguiu superávits primários, embora decrescentes, concomitantemente com a implantação de extensa política de isenção tributária que, por seu turno, reduzia as receitas do Estado e prejudicava o seu financiamento. Ademais, as despesas financeiras do governo central eram elevadas e crescentes pós-2013, alcançando 4,5% do PIB em 2014 (BCB, 2018), devido à elevação da taxa de juros básica e ao crescente endividamento público brasileiro neste período. Além disso, à queda de receitas pelas desonerações somou-se uma menor arrecadação que veio com o *downturn* da economia. Assim, as finanças públicas eram tidas por confusas e inspiravam convenções pessimistas nos agentes sobre seu comportamento e sustentabilidade futuros (MINEIRO, 2022).

Visto que o investimento público não cresceu e o investimento privado não reagiu à política de isenção tributária, a atividade econômica, que não mais recebia o impulso das exportações, perdeu ainda mais força - devido ao arrefecimento da demanda agregada, mesmo as políticas de recuperação das margens de lucro no setor privado não estimularam novos investimentos (SUMMA, 2015). De fato, o investimento agregado teve aumentos trimestrais menores a partir de 2012, com alguma recuperação em 2013, mas que se tornaram negativos em 2014, quando a variação média trimestral foi -1,47% (IBGE, 2017).

Além da política fiscal como já fora mencionado, no mesmo período também houve problemas pela política cambial: a taxa de câmbio real manteve-se apreciada durante o período de 2011 a 2014 e mesmo a desvalorização do câmbio nominal iniciada em 2012 não foi suficiente para compensar a longa apreciação do período anterior (IDEM, 2017).

A apreciação da TCR (Taxa de Câmbio Real) (ou seja, a queda dos preços dos bens *tradables* em relação aos *non-tradables*⁴) leva à redução dos lucros no setor de *tradables* (indústria e agricultura, grosso modo), inibindo os seus planos de expansão de investimentos. No caso da agricultura e da indústria extrativa, esse problema foi superado entre 2003-12 pelas suas vantagens comparativas e aumento dos preços internacionais de *commodities* minerais e agrícolas. Porém, a apreciação cambial, somada ao arrefecimento do crescimento da demanda agregada, inibiu os investimentos na indústria de transformação que, por sua vez, é o motor do crescimento a longo prazo, por ser a principal responsável pelo progresso tecnológico e ganho de produtividade da economia (GALA, 2008; BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2015).

⁴Trabalhados e Não-trabalhados.

No primeiro ano do governo Dilma, o acúmulo de reservas internacionais, controles de capitais e operações de *swaps*⁵ cambiais foram ampliados visando reverter a trajetória de apreciação da TCR (PRATES et al., 2014). Com essas ações, ela se depreciou no período, também ajudada pela redução da taxa básica de juros e pela deterioração do cenário externo com a crise do Euro. Mas, a desvalorização do câmbio nominal de 23,3% entre 2011 e 2013 foi insuficiente para compensar sua apreciação de 56,8% do período 2003-10 (IPEADATA, 2017) e estimular as exportações e o investimento privado - em termos da TCR tal insuficiência fica ainda maior, por causa da inflação do período.

2.1.1 Crise Econômica de 2014-2017

Faz-se necessário analisar a crise que acometeu a economia brasileira no período de 2014 a 2017 de forma mais profunda. Desde essa época até o momento em que esse trabalho se desenvolve, o Brasil se encontra formalmente em recessão.

O produto *per capita* brasileiro caiu cerca de 9% entre 2014 e 2016. Essa situação cria um ambiente de forte pressão para uma pronta recuperação da economia brasileira. No entanto, a saída da recessão depende de uma compreensão adequada de suas causas.

A crise resulta de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Primeiramente, o conjunto de políticas adotadas a partir de 2011/2012, conhecido como Nova Matriz Econômica (NME), reduziu a produtividade da economia brasileira e, com isso, o produto potencial. Mas, esse choque de oferta possui efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos (BARBOSA, 2017).

Os choques de demanda estão divididos em três grupos. O primeiro engloba o esgotamento da NME a partir do final de 2014. O segundo choque seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015. O terceiro foi a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central. Além disso, a consolidação fiscal tentada no ano de 2015 possui impacto menor sobre essa recessão devido à sua baixa magnitude e duração (BARBOSA, 2017).

Ademais, as contradições de todas as políticas aplicadas, e a falta de coordenação entre elas impediram a emergência de um requisito central para que o investimento agregado se elevasse o requerido para o crescimento sustentado da economia: a convenção dos agentes em uma política econômica estável e crível o suficiente para se esperar um futuro promissor e lucrativo.

É importante ressaltar que, com exceção dos Índices do Consumidor e da Construção, todos os outros mostraram uma tendência de queda a partir de 2012; os do Consumidor e da Construção, por sua vez, mostram esta tendência a partir do final de 2013 e início de 2014.

Seus descolamentos em relação aos demais Índices vêm do baixo nível de desemprego, que vigorou até 2014, e da estável demanda por construção civil em função do programa Minha Casa Minha Vida e das obras para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

De uma forma geral, todos os índices têm clara tendência de queda da confiança.

⁵O termo swap pode ser traduzido do inglês para o português como uma troca. Significa uma troca de posições quando há riscos para um investidor. O swap cambial, então, é uma troca de indexadores feita para gerenciar as taxas de reajuste e controlar o câmbio.

Importa notar que a tendência de queda se verifica antes dos choques que abalam a economia brasileira, como a operação Lava Jato, a crise hídrica, a queda dos preços internacionais das *commodities*, que ocorrem a partir de 2014 - o miniciclo de aumento dos preços das *commodities* ocorreu até 2011, mas a forte queda de seus preços deu-se em 2014.

Na ausência de choques externos e internos relevantes, que somaram como causas da crise apenas partir de 2014, resta à errática coordenação de política econômica do período 2011-2014 ser o fator desencadeador de convenções pessimistas sobre a economia brasileira.

O resultado destas inconsistências foi a reversão da confiança em relação ao futuro, algo que, para Keynes (1973), é o ponto de inflexão das expectativas, responsável pela eclosão das crises. Embora alguns fatores se somem para promover o arrefecimento do crescimento econômico brasileiro a partir de 2011, a crise (entendida como a confluência dos vetores que levariam à recessão de 2015-2016) iniciou-se em 2013, quando há a inversão na trajetória dos investimentos a partir do quarto trimestre: as taxas de investimento/PIB entre o primeiro trimestre de 2013 e o último de 2014 foram, respectivamente, 20,67%, 21,14%, 21,52%, 20,34%, 20,73%, 19,85%, 19,81% e 19,16%, e caíram continuamente até o quarto trimestre de 2016, quando atingiu 14,68%. Como resultado, já em 2014, a economia brasileira cresceu apenas 0,5% (IBGE, 2018).

Para compreender melhor, como a crise de 2014 se sucedeu, é necessário observar mais alguns pontos. O que se verificou de 2011 em diante foi um arrefecimento da dinâmica de crescimento de consumo e exportações em relação ao período 2004-2010, pois, (i) nas exportações, a Crise do Euro, a redução do ritmo de crescimento chinês e dos emergentes, o fim do miniciclo de *commodities*, a “Guerra Cambial”, etc., estabilizaram os preços das exportações brasileiras e, dado o antes mencionado câmbio real valorizado em concomitância com aumento real de renda, as importações se expandiram, reduzindo o *push* das exportações líquidas para o PIB; e (ii) no consumo, o endividamento das famílias se elevou e, após o choque de juros e a concorrência forçosa no sistema bancário, por meio do uso dos bancos públicos para praticarem menores juros de varejo no mercado de crédito e no financiamento imobiliário, os bancos privados restringiram crédito - tanto que, entre 2013-2014, antes da crise portanto, os bancos privados reduzem sua participação relativa no total de ativos detidos pelo sistema bancário no Brasil (BRASIL, 2019).

Assim, em âmbito geral, o consumo via crédito, que antes tinha sido concedido de forma desregrada, perdeu ritmo, comprometendo as taxas de expansão do consumo agregado. Portanto, a desaceleração da taxa de crescimento econômico a partir de 2011, o que não quer dizer recessão, veio do arrefecimento do crescimento das exportações e do consumo privado.

Significa dizer que, a demanda agregada cresceu a uma velocidade menor e implicou menor ritmo de aumento do produto, mas ainda se tinha crescimento. Para reverter esta tendência e mudá-la, estimulando-se uma taxa de expansão da demanda que puxasse o produto a um nível de crescimento maior, de acordo com as prescrições de política econômica de Keynes, era necessária uma política econômica contracíclica que, se capaz de construir convenções positivas e gerar expectativas otimistas, estabilizaria automaticamente o ciclo. Porém, o que se viu foi uma política macroeconômica errática, inconsistente entre si e descoordenada em suas ações que, incentivou a ida de uma convenção otimista para uma outra pessimista no percurso entre 2011 e 2013.

Deste modo, impediu-se que a taxa de investimento crescesse para estabilizar e estimular o crescimento do produto, compensando as taxas decrescentes de expansão do consumo privado doméstico e das exportações líquidas.

Faz-se ainda necessário mencionar o relevante impacto da Lava-Jato em 2014 para formar a crise, pois a operação veio em um ambiente de expectativas já deterioradas por políticas econômicas inconsistentes, crise e cisão políticas em ano eleitoral, crise hídrica e queda dos preços das *commodities*. Iniciada em 2009, mas cuja primeira fase ostensiva sobre as organizações criminosas fora deflagrada em março de 2014, a Lava-Jato afetou diretamente a Petrobrás - responsável, sozinha, por 8,9% do investimento agregado no Brasil em 2013 (LOURAL, 2016) - e grandes empreiteiras responsáveis por investimentos em infraestrutura.

Com efeito, os Índices de Confiança mostraram queda entre meados de 2011 e finais de 2012 em diante, com pequena melhora somente após meados finais de 2016, época de consumação do *Impeachment* de Dilma Rousseff.

Em 2015 o governo tentou implementar um programa de consolidação fiscal baseado em corte de gastos, ao invés de reorganizar suas contas aumentando impostos sobre renda de pessoa física e propriedade e substituindo gastos correntes por investimento. No âmbito de desaceleração/recessão econômica, mesmo um necessário ajuste fiscal tende a não ter êxito quando feito através do corte de gastos: nesta conjuntura deteriorada, menores gastos públicos desestimulam a atividade econômica e mitigam a própria arrecadação do governo, enquanto que agentes privados optarão por ativos líquidos, postergando investimentos. Ou seja, o ajuste fiscal poderia contribuir para a construção de convenções mais críveis na política econômica, mas, dada a natureza do ajuste proposto, dificilmente ele ajudaria a se erigirem convenções pró-investimento, pois, por si, ele significava expectativas de menor demanda agregada.

O investimento agregado desabou, com queda real de 13,9% em 2015 e 10,3% em 2016 (BCB, 2018). Não à toa, os Índices de Confiança desabaram entre janeiro e outubro de 2015, alcançando seus menores níveis.

2.1.2 Situação Econômica: Visão Pré-Pandêmica

Faz-se necessário antes de comentar a situação da economia no cenário exatamente anterior a pandemia. Para que se possa de fato comparar a situação pós-pandemia com clareza e principalmente com justiça.

O Brasil, na época anterior pandemia, apesar de que lento, mas caminhava para um processo de recuperação econômica. O dólar e a Bolsa de Valores sofreram oscilações, motivadas por fatores internos e externos, como as eleições de outubro e a guerra comercial entre Estados Unidos e China (BPC, 2020).

Com inflação mais baixa e economia em recuperação gradual, a taxa básica de juros, a Selic, chegou a seu menor nível histórico em 2018. O ciclo de cortes na Selic até chegar aos atuais 6,5% ao ano começou em outubro de 2016, quando a taxa caiu 0,25 ponto percentual para 14% ao ano. Esse processo durou até março deste ano, quando a Selic chegou ao seu mínimo histórico. Nas seis reuniões seguintes, o Banco Central optou por manter a Selic em 6,5% ao ano (PIMENTEL, 2020).

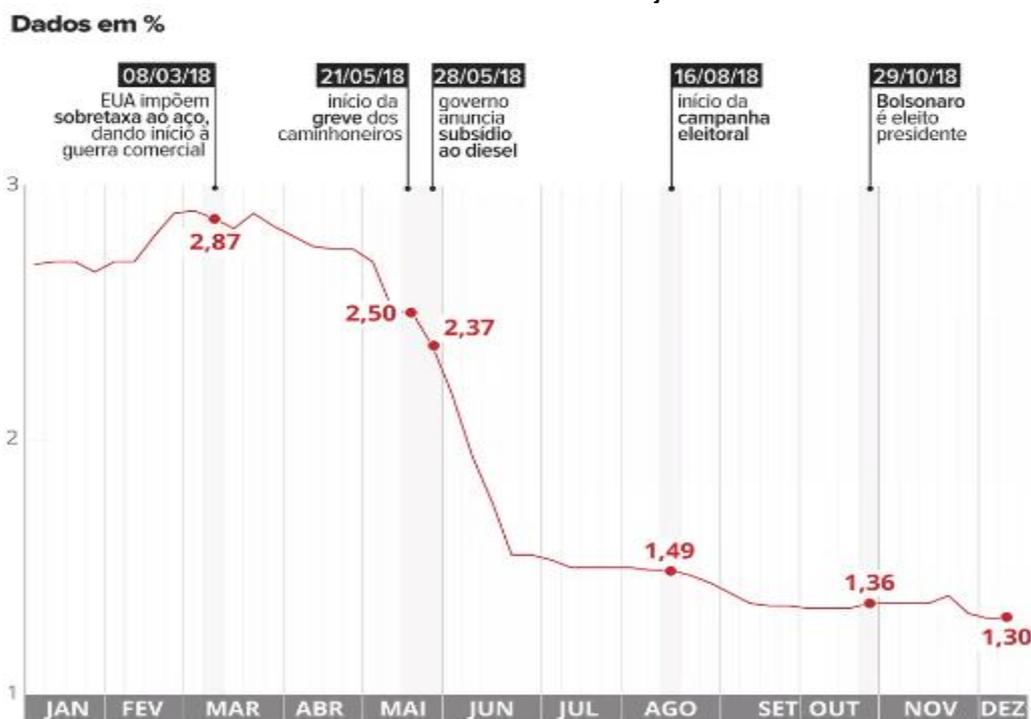
Ao longo do ano de 2016 a inflação sofreu pressão nos preços dos combustíveis e de energia. Entretanto, ao final do ano, com as reduções na cotação do dólar em relação ao período das eleições e do petróleo, os preços da gasolina e do botijão de gás caíram.

Com isso, o BC passou a prever inflação menor do que a esperada anteriormente. Outro fator que contribuiu para reduzir as previsões da inflação são as mudanças das bandeiras tarifárias da energia elétrica (PIMENTEL, 2020).

O IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) acumula alta de 4,05% nos 12 meses terminados em novembro, abaixo do centro da meta de inflação, que é de 4,5%. Essa meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta era 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. Para o BC, a inflação deve fechar o ano de 2019 em 4,31% (IDEM, 2020).

De acordo com o Banco Central (2018) a queda e a análise da economia do país no referido ano foi à seguinte:

Gráfico 1 : Queda na economia brasileira entre janeiro a dezembro de 2018



Fonte: Banco Central

Fonte: Banco Central, 2018.

Como se pode observar no gráfico, a economia brasileira passou por uma queda significativa no ano de 2018, em janeiro estando próximo dos 3 pontos e terminando o ano quase em 1 ponto. No ano de 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu. Compreende-se então que apesar de ainda não estar em uma situação confortável, o Brasil melhorava.

2.1.3 Situação Econômica Pós-Pandêmica

O pós-pandemia tem sido marcado por um momento muito complicado da economia. Ao fazer uma análise mundial, é possível observar que vários países estão enfrentando uma severa recessão.

Desde o início da pandemia de COVID-19 foi possível acompanhar a adoção e adesão de algumas medidas de restrição para conter o avanço do vírus como isolamento

e distanciamento social, *lockdown*, *shutdown* e *quarentena*.

Essas estratégias são conhecidas como intervenções não farmacológicas, que visam inibir a transmissão entre humanos, desacelerar o espalhamento da doença, e consequentemente diminuir e postergar o pico de ocorrência na curva epidêmica com o objetivo de diminuir a morbidade e a mortalidade causada pelo coronavírus. As intervenções não farmacológicas são utilizadas quando não há medicamento, vacina ou tratamento para o enfrentamento de um surto, epidemia ou pandemia que colocam em risco à saúde e vidas das pessoas. (REIS, 2020)

Com essas medidas, governos de vários países decidiram que somente serviços essenciais poderiam permanecer em funcionamento, dessa maneira, vários setores do mercado fecharam suas portas e empresas estagnaram suas máquinas, com isso, algumas vieram a demitir seus funcionários e cortar salários, outras foram a falência e a economia global foi fortemente abalada. A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, afirma que o surto de COVID-19 levou a economia mundial a uma recessão (PUREZA, 2022).

Segundo o economista e secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Ángel Gurría (2020), os impactos econômicos gerados pela pandemia de COVID-19 já são maiores do que a crise financeira de 2008.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), a economia mundial deveria encolher 3,2% em 2020, uma vez que a pandemia de coronavírus restringiu severamente atividades econômicas, aumentou a incerteza e causou a pior recessão desde a Grande Depressão (1929 – 1939).

Conforme estudo feito pela consultora Bain & Company (2020) os setores de entretenimento (cinema, teatro e eventos), alimentação fora do lar e turismo (hotéis e viagens) são os segmentos que mais sofrem no momento e também devem ter um lento processo de recuperação. No setor dos eletrodomésticos, produtos de beleza e varejo, como roupas, calçados e acessórios, apresentam uma queda significativa, mas podem viver um pico pós-pandemia. Outras áreas como serviços de internet, produtos de limpeza e sanitários (álcool em gel, máscaras e proteções individuais, por exemplo) passaram por um pico, mas devem se estabilizar após a pandemia.

O mesmo estudo ainda aponta que governos e bancos ao redor do mundo buscam evitar o colapso da economia local por meio de algumas medidas, são elas: injetar liquidez no sistema financeiro para assim facilitar o acesso ao crédito, adiar a cobrança dos impostos para as empresas e oferecer ajuda financeira a famílias e trabalhadores.

Outro problema causado pela pandemia, foi o risco de demissões em massa em todos os setores. Segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) 1,25 bilhão de trabalhadores estavam sujeitos a risco “drástico e devastador” de demissões em larga escala, além da redução de salários e de horas trabalhadas. Os setores que mais foram afetados: hospedagem, alimentação fora do lar, produção manufatureira, varejo e atividades financeiras.

2.2 Estudos Anteriores

Este artigo contribui para a compreensão da crise e sugere possíveis soluções para a retomada de um crescimento sustentável. Para tanto, estudos anteriores a respeito da temática constituem parte do embasamento teórico desse estudo. Destacando-se:

Quadro 1 – Estudos anteriores sobre a temática

Autor/ Ano	Título	Objetivo	Resultados
GRANEMANN, Sara. (2020)	Capitalismo “puro”, estado e fundo público. In: GRANEMANN, Sara (org.). Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate.	Objeto de uma cuidadosa organização e edição, o eixo em torno do qual os capítulos estão articulados mantém organicidade com os fundamentos emanados do teoria social crítica de inspiração marxiana, com a concepção materialista e histórica da formação social e dos processos sócio-históricos da sociedade brasileira que se espraiam como fundamento e determinação, no tratamento das dinâmicas do Estado, das classes sociais, das políticas sociais e do Serviço Social no Brasil	O presente artigo remete à necessidade de revisitar o debate acerca da relação teoria e prática e os procedimentos sistematizados realizados pela ABESS (ABEPSS) na década de 1980. Buscou com esta reflexão problematizar o movimento diacrônico e sincrônico entre a racionalidade que fundamenta as diretrizes curriculares e a racionalidade formal abstrata.
Secretaria de Política Econômica-SPE. (2016)	Monitor de política fiscal: Resultado fiscal estrutural.	A metodologia proposta pela SPE passa por aprimoramentos constantes. Dessa forma, destacamos a Nota Metodológica Resultado Fiscal Estrutural que apresenta a metodologia mais atualizada para o acompanhamento do Resultado Fiscal Estrutural.	Em geral, o ajuste cíclico leva em consideração a situação do hiato do PIB de uma economia. O hiato do PIB é calculado pela diferença entre o PIB efetivo e o PIB tendencial. Se o hiato está positivo, isto é, o PIB efetivo está acima do potencial, há condições favoráveis à arrecadação de tributos e essas condições favorecem o resultado primário convencional. Se o hiato está negativo, as condições para a arrecadação se deterioram e prejudicam o resultado primário. Dessa forma, expurgar os efeitos do ciclo econômico é fundamental para observar o esforço fiscal do setor público, ou seja, a sua atuação discricionária
SCHETTINI, B.; SQUEFF, G.; GOUVÊA, R. (2012)	Estimativas da função de exportações agregadas com dados das Contas Nacionais Trimestrais.	Documental e bibliográfica	Este artigo apresenta diversas especificações para as exportações brasileiras agregadas no período compreendido entre 1995 e o segundo trimestre de 2009.
BARBOSA, Nelson.	Crescimento econômico, acumulação de capital e	Análise do crescimento econômico, da acumulação do capital e da oscilação da taxa de câmbio no Brasil.	Este artigo analisou a performance da economia brasileira no período 2003-2016, focando em particular na

(2011)	taxa de câmbio		desaceleração econômica recente e recessão que a seguiu. Nossa análise mostra que houve alguns problemas tanto de coordenação na política macroeconômica que tornou políticas anticíclicas pouco eficazes no período 2011-2014, como no que se refere a políticas contracionistas em 2015, quanto a problemas relacionados a choques exógenos, como piora nos termos de troca e crise hídrica. As causas da desaceleração econômica recente ainda requerem estudos mais aprofundados, vindo a merecer análises para além do calor do debate político. O mesmo vale para a discussão sobre políticas e medidas econômicas que contribuam para a superação da crise econômica. Este artigo, ainda que modestamente, procurou dar alguma contribuição nesse sentido.
--------	----------------	--	---

3 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa baseou-se na pesquisa aplicada, tendo como objetivo de gerar conhecimentos, no qual venha a ser aplicado na prática, a direcionados à solucionar problemas.

Na abordagem do problema utilizou-se o método de pesquisa quali-quantitativa, que foi utilizado tanto de dados estatísticos quanto dados de relações da sociedade.

O objetivo da pesquisa foi baseada nos métodos exploratórios, na qual teve como objetivo buscar mais informações sobre o tema proposto no presente artigo.

Pesquisa documental, onde serão analisados variáveis macroeconômicas, sendo elas o PIB, Metas para inflação, taxa de juros, índice de desemprego e a taxa de câmbio.

Serão analisados de dados anuais, antes e depois do período pandêmico, nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, através de tabelas.

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo do tipo revisão da literatura narrativa/sistemática de renomados teóricos, objetivando analisar as principais características e fatores implicados na economia brasileira, no período pré e pós pandemia.

A revisão da literatura é uma das mais amplas abordagens metodológicas. É permitido com a revisão uma compreensão completa do fenômeno analisado, além de auxiliar ao investigador uma gama de conhecimentos de forma muito mais ampla se comparada aquela pesquisada de forma diretamente (GIL, 1999).

Foram utilizadas as plataformas de pesquisa: LILACS, SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO e BDEF por permitir um acesso livre e gratuito de publicações, sendo utilizados os seguintes descritores: Economia, impactos do COVID-19, Crise econômica brasileira.

A análise do conteúdo seguiu os passos da análise temática, ordenação do material, classificação e análise. A análise final dos dados enfatizou principalmente o encontro da especificidade do objeto com a diversidade de pensamentos dos autores, que estavam representadas nas minúcias dos fragmentos dos textos bibliográficos pesquisados, revelando a totalidade parcial e de suas descobertas particulares por meio da análise do objeto de estudo, todos esses dados foram capazes de serem analisados baseado em fichamentos com identificação de obras, autores, análises críticas, e citações (MARCONI; LAKATOS, 2021).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo irá ser exposto alguns indicadores macroeconômicos, no qual são uns dos mais importantes para medir a economia brasileira, sendo eles: o PIB, Taxas de Juros (SELIC), Metas para Inflação, Taxa de Câmbio e Taxa de Desempregados. Utilizando-se de dados anuais, e tendo por base os anos de 2016 à 2021 para construção dos resultados.

Para fazer uma análise mais profunda e mais facilmente compreensível para o leitor, foi escolhido colocar os dados em forma de tabelas, conforme se observa abaixo.

Tabela 1 – PIB Real e Variações

ANO	PIB REAL (TRILHÕES)	VARIAÇÃO DO PIB (%)
2016	7,4	-3.28
2017	7,5	1.32
2018	7,6	1.78
2019	7,7	1.41
2020	7,4	-4.06
2021	8,7	4.6

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Como se pode observar, o PIB vinha apresentando uma significativa estabilização nos últimos anos, imediatamente anteriores à pandemia do COVID-19. Ficando positivo ainda no ano de 2019, mas, logo em 2020, quando puderam ser de fato sentidas as consequências da pandemia na economia, o PIB chegou ao número negativo de -4.06.

Em 2021, em contra mão ao que vinha sofrendo o resto do mundo, o Brasil se reergueu de uma maneira nunca antes vista, passando de -4.06 para 4.6 positivo. Um aumento de 8,54.

Abaixo, está um índice a ser observado, e que possui grande importância, que é a taxa de juros básica, mais conhecida como taxa Selic, de acordo com a tabela a seguir,

podemos refletir a sua evolução, de 2016 à 2021. Os dados para a construção foram coletados diretamente no site do Banco Central do Brasil.

Tabela 2 – Taxa SELIC

ANO	TAXA SELIC (%)
2016	13,65
2017	6,90
2018	6,40
2019	4,40
2020	1,90
2021	9,15

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Observa-se na tabela 2, entre os anos de 2017 a 2020, a taxa Selic vinha apresentando quedas sucessivas, o que é benéfico tanto para a população e como para o mercado, porém, após a pandemia, em 2021, a taxa Selic aumentou de forma considerável, chegando à 9,15%; e no momento que essa pesquisa se desenvolve (outubro de 2022) a taxa já chega à 13,75%, possivelmente irá fechar o ano ainda mais alta (BANCO CENTRAL, 2022).

Na prática, o aumento da Selic resulta na desaceleração da economia, impedindo o aumento da inflação, a baixa da referida taxa estimula o consumo e aquece a economia, aumentando a inflação no momento em que ela está abaixo da meta.

Segundo o regime de metas para inflação, o Brasil nesses 6 anos que está sendo abordado no artigo, apenas nos anos de 2017 e 2021 que ficaram fora da tolerância na qual foi proposta pelo regime.

Tabela 3 - Metas para a Inflação

Ano	Meta (%)	Tamanho do intervalo +/- (p.p)	Intervalo de tolerância (%)	Inflação Efetiva (Variação do IPCA %)
2016	4,50	2,0	2,5 – 6,5	6,29
2017	4,50	1,5	3,0 – 6,0	2,95
2018	4,50	1,5	3,0 – 6,0	3,75
2019	4,25	1,5	2,75 – 5,75	4,31
2020	4,00	1,5	2,50 – 5,50	4,52
2021	3,75	1,5	2,25 – 5,25	10,06

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Percebe-se que no ano de 2017 a taxa de inflação fica bem abaixo do que se esperava da meta, até mesmo inferior ao intervalo de tolerância. Já no outro ano que saiu do esperado, em 2021 a inflação extrapolou todos os limites esperados, estando assim quase chegando a três vezes do que a meta.

O dado a seguir trata-se da taxa de câmbio que nada mais é que o valor que uma moeda possui em relação a outra. Ou seja, é a taxa especificada pela qual duas moedas diferentes podem ser cambiadas (ou melhor, trocadas), por isso ela é tão importante para a economia.

Tabela 4 – Taxa de Câmbio Comercial

ANO	TAXA DE CÂMBIO
2016	3,48
2017	3,19
2018	3,65
2019	3,94
2020	5,15
2021	5,39

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Quando a taxa de juros (Selic) está alta, respectivamente a inflação diminui, e com isso a taxa cambial cresce, resultando assim em uma desvalorização da moeda nacional. Por exemplo, se a taxa sobe as pessoas deixam de comprar bens e adquirir serviços, fazendo assim obter uma queda na inflação, por contas dos juros estarem muitos altos. Já no inverso, se tudo está com juros menor, tende a todo mundo querer consumir mais.

A taxa cambial utilizada no texto é a de câmbio comercial, no qual é diferente da de turismo. Sendo tratada da seguinte forma, se a taxa de câmbio comercial está alta, significa que quem exporta está alcançando maiores lucros, e quem importa obterá prejuízo já que tem que pagar a mais por produtos ou serviços, ou vice-versa, se a taxa cambial está baixa significa que quem exporta está obtendo menos lucros, e o importador adquirindo por um preço menor.

Na tabela 4 podemos observar que, dos anos apresentados no presente artigo, o ano de 2017 foi onde obteve a menor taxa na média de 3,19, e em 2020 começou a aumentar ultrapassando a média de 5,15 e no ano seguinte passando para 5,39. Contravercia do conceito da taxa cambial de turismo, que se ela o índice estiver alto, desvalorizada se encontrará a moeda.

Muito além de expressão quantitativa de troca entre moedas, a taxa cambial também tem importância fundamental na relação comercial entre dois ou mais países. A taxa de câmbio irá influenciar o volume de trocas a depender se está valorizada ou desvalorizada.

Portanto, a taxa de câmbio é uma das variáveis macroeconômicas mais importantes. Afinal, ela rege relações financeiras e comerciais entre os países. Quanto mais alta ela estiver, de acordo com o gráfico, melhor é para a economia do país, pois significa que sua moeda está valorizada internacionalmente.

A seguir, outro dado muito importante, é a taxa de desemprego. E entende-se que com a pandemia, o número de desempregados tenha aumentado, porém, é preciso observar os números mais de perto.

Tabela 5 – Taxa de Desocupação

ANO	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
2016	12,2
2017	11,9
2018	11,7

2019	11,1
2020	14,2
2021	11,1

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Da análise da tabela 5 é possível observar que apesar da pandemia, o número de desocupados não aumentou, na verdade pelo contrário o número de desocupados diminuiu, e o último dado, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2022, o índice de desocupação, segundo os dados do IBGE, era de 8,7%. O país, embora de fato tenha sofrido muito com a pandemia, e a taxa selic tenha aumentado de forma considerável, o índice de desocupação, ao menos, seguiu a linha decrescente que vinha apresentando nos anos anteriores ao cenário pandêmico (IBGE, 2022). Observa-se que em 2020, ano que é marcado pela pandemia, o índice dá um pico de 14,2% e volta a se manter na média anterior em 2021.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto é possível observar que a situação da economia brasileira, passou nos últimos anos por altos e baixos. Como a maioria dos países, de acordo com as modalidades de sistema econômicos utilizados, sob a égide de governantes e partidos diferentes, a economia se comportou de forma diferente também.

À época exatamente anterior ao aparecimento da pandemia do COVID – 19, o Brasil passava por um momento de otimismo, onde a economia apontava e dava indícios de verdadeira melhora.

No entanto, acometido pela pandemia, da mesma forma que aconteceu com outros países, a economia foi um dos setores que mais sofreu, e agora se apresenta novamente em crise. Mas, em contrapartida, e em comparação a outros países da América do Sul, apresenta significativas vantagens.

Como se pode observar nas informações coletadas, a taxa Selic se encontra alta, passando de 1,19% que foi no primeiro ano de pandemia (2020), para 9,15% no ano de 2021, o que faz com que a economia desacelere, mas como já é sabido, já era de se esperar devido a situação pandêmica. Porém é possível também analisar que a taxa de desocupados não aumentou de forma significativa, chegando à elevação de percentual de 14,2% só no início no qual era de se esperar com tantas empresas que estavam se fechando devido às restrições que a pandemia trouxe, e diminuindo assim, no ano seguinte passando para 11,1%. E a taxa de câmbio não sofreu grandes alterações. O que demonstra que, a economia tem grandes chances de logo menos aquecer novamente, e deixar para trás as sombras de atraso trazidas pela pandemia.

O PIB, por exemplo, que é um dos maiores indicadores econômicos que pode ser analisado, demonstra um crescimento considerável, o que nos impressiona na variação que obteve nos dois anos de pandemia, em 2020 teve uma queda muito elevada, a maior dentre os anos estudados, foi de -4,06%, subindo assim, no ano seguinte chegando a alcançar 4,6%, e na verdade não esperado pela maioria, uma vez que houve uma situação extrema, que atingiu diretamente a economia, mas caminhando na direção contrária do esperado, o Brasil apresenta números satisfatórios.

Todos esses dados são importantíssimos para se observar a realidade econômica do país, e como o sistema econômico brasileiro tem se comportado nos últimos anos, antes, durante e depois da pandemia.

Conclui-se do presente estudo, que o sistema econômico brasileiro é extremamente forte, suscetível a economia exterior, mas apresenta potencial de crescimento e afastamento da crise. A presente pesquisa, foi limitada, à uma análise não aprofundada, porém, existe o desejo de melhora, e feitiço de novas pesquisas sobre o tema.

Pode-se ser construída uma pesquisa voltada a análise apenas de uma taxa, de forma mais aprofundada, como por exemplo, a taxa de desocupação, que foi amplamente divulgada nas mídias sociais, como tendo um aumento grandioso, e na verdade não foi isso que aconteceu, como se pode observar.

Também é possível produzir uma pesquisa voltada a fomentação da economia, as formas que podem aquecer e alavancar a economia brasileira de forma efetiva, e quais ações governamentais podem ser toma das nesse sentido.

Existem muitos caminhos que podem ser traçados, e a presente pesquisa foi apenas uma base para os próximos passos.

REFERÊNCIAS

_____. **Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-estruturalista.** *Nova Economia*, v.27, n.1 (no prelo), 2017.

_____. **Política econômica e estabilização: uma breve análise da recessão brasileira.** *Brazilian Keynesian Review*, v.2, n.2, p.247-51, 2016b.

‘VAMOS chegar a 100 mil mortos, mas vamos tocar a vida’, diz Bolsonaro. *UOL*, São Paulo, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/06/vamos-chegar-a-100-mil-mortos-mas-vamos-tocar-a-vida-diz-bolsonaro.htm> Acesso em: 10 ago. 2022.

ARCARY, Valério. **Questões sobre o neofascismo (e Bolsonaro).** *A Terra é redonda*, 25 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/questoes-sobre-o-neofascismo-e-bolsonaro/> Acesso em: 13 ago. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>>.

BARBOSA FILHO, F.; PESSÔA, P. **Desaceleração veio da Nova Matriz e não do Contrato Social.** In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Org.) *Ensaio IBRE da Economia Brasileira - II*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. p.1-29.

BARBOSA FILHO, N. **Latin America: counter-cyclical policy in Brazil: 2008-09.** *Journal of Globalization and Development*, v.1, n.1, p.1-12, 2010.

BARBOSA FILHO, N.; SILVA, J. A.; GOTO, F.; SILVA, B. **Crescimento econômico, acumulação de capital e taxa de câmbio.** In: HOLLAND, M.; NAKANO, Y. (Org.) *Taxa de câmbio no Brasil: estudos de uma perspectiva do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Elsevier, 2011.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo.** *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p.111-119, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados.** *A reconstrução do estado.* 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/abril/10h34a-reconstrucao-do-estado-seddm-30-04-2020-1.pdf/view> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Produto Interno Bruto. Disponível em [Produto Interno Bruto- PIB | IBGE](#). Acesso em 07 fev. 2022.

BRASIL. Taxa de Juros Básicos. Disponível em [Taxas de juros básicas – Histórico](#)

(bcbr.gov.br)

Acesso em 14 abr. 2022.

BRASIL. Divulgação trimestral. Disponível em [Divulgação trimestral | IBGE](#). Acesso em 11 mar. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **From old to new developmentalism in Latin America**. In: OCAMPO, J. A.; ROS, J. (Ed.) *The Oxford Handbook of Latin American Economics* Oxford: Oxford University Press, 2011.

CARVALHO, Priscila. **Remédios que Bolsonaro tomou contra Covid-19 não têm eficácia comprovada**. *Viva Bem*, São Paulo, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/07/07/bolsonaro-tomou-hidroxiclороquina-e-azitromicina-drogas-nao-tem-evidencias.htm> Acesso em: 10 jul. 2022.

CEMEC. **Endividamento das empresas brasileiras: metade das empresas não gera caixa para cobrir despesas financeiras em 2015/2016**. *Nota CEMEC 06/2016*, Agosto de 2016.

CICCHELLI, G. **How does fiscal fragility affect fiscal multipliers?** Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. **Bolsonaro, fascismo, frente única**. *A Terra é redonda*, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/bolsonaro-fascismo-frente-unica/> Acesso em: 13 ago. 2022.

CREDIT SUISSE. Research Institute - Annual Reports. **Global wealth report 2019**. October 2019. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/annual-reports.html> Acesso em: 15 jul. 2022.

DeLONG, J. B.; SUMMERS, L. H. **Fiscal policy in a depressed economy**. *Brooking Paperson Economic Activity*, v.1, p.233-297, 2012.

É O DESTINO de todo mundo, afirma Bolsonaro após lamentar mortes por coronavírus. *G1*, Brasília, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/e-o-destino-de-todo-mundo-afirma-bolsonaro-apos-lamentar-mortes-por-coronavirus.ghtml> Acesso em: 02 jun. 2022.

FATAS, A.; SUMMERS, L. H. **The permanent effects of fiscal consolidations**. *NBER Working Paper*, n.22374, jun. 2016.

FERRARI-FILHO, F.; PAULA, L. F. **Exchange rate regime proposal for emerging countries: a Keynesian perspective**. *Journal of Post Keynesian Economics*, n.31, p.227-48, 2008-2009.

FRANCO, Bernardo M. **Bolsonaro confunde a coisa pública com negócios de família**. *O Globo*, CBN, 27 abr. 2020b. Disponível em:

<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/299536/bolsonaro-confunde-coisa-publica-com-negocios-de-f.htm> Acesso em: 30 abr. 2022.

FRANCO, Bernardo M. **Carreatas da morte: bolsonarismo na quarentena**. *O Globo*, 22 abr. 2020a. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/carreatas-da-morte.html> Acesso em: 25 abr. 2022.

FRENKEL, R. **An alternative to inflation targeting in Latin America: macroeconomic policies focused on employment**. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.28, n.4, p.573-91, 2006.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro H.; VIANA, Hamanda. **'E daí? lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'**. *G1*, Brasília, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml> Acesso em: 03 jun. 2022.

GERHARDT, Tatiane Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GRANEMANN, Sara. **Capitalismo “puro”, estado e fundo público**. In: GRANEMANN, Sara (org.). **Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. (Coleção Carlos Nelson Coutinho, Volume IV, p. 177-202).

GUIMARÃES, Fernanda. **Melhores negócios que fiz foram em crises, diz Jorge Paulo Lemann**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,melhores-negocios-que-fiz-foram-em-crieses-diz-jorge-paulo-lemann,70003273375> Acesso em: 25 abr. 2022.

IPEADATA. 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

KAHN, F. **Labor market policy: A comparative view on the costs and benefits of labor market flexibility**. *Journal of Policy Analysis and Management*, v.31, n.1, p.94-110, 2012.

LAMPEDUSA, Tomasi G. **O leopardo**. São Paulo: Círculo do livro, s.d.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **A lei geral da acumulação capitalista**. In: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 689-784 (Volume 1).

MELO, Maria L. **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon**. *UOL*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm> Acesso em: 20 jun. 2022.

MENDONÇA, D.; HOLLAND, M.; PRINCE, D. **Is fiscal policy effective in Brazil? An empirical analysis.** *Working Paper*, São Paulo School of Economics, n.433, 2016.

MEREB, J.; ZILBERMAN, E. **Multiplicadores no Brasil em tempos de fragilidade fiscal.** *Textos para Discussão*, FGV IBRE, 2017.

MINEIRO, Adhemar S. **Os números recentes do PIB e a continuidade da política contracionista.** *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 359, jul. 2019. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/anexos/3D96824ECB6D3454F39264E552B2363A.pdf>
Acesso em: 30 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE gastou menos de um terço do dinheiro disponível para combate à pandemia, diz TCU. *G1*, Brasília, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/22/ministerio-da-saude-gastou-menos-de-um-terco-do-dinheiro-disponivel-para-combate-a-pandemia-diz-tcu.ghtml> Acesso em: 30 jul. 2022.

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. *G1*, Política, 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>
Acesso em: 14 jun. 2022.

MINSKY, H. ***Can "It" Happen Aain? Essays on Instability and Finance*** Armonk; New York: M. E. Sharp, 1982.

NETTO, José P. ***Capitalismo monopolista e serviço social***. São Paulo: Cortez, 1992.

ORAIR, R.; SIQUEIRA, F.; GOBETTI, S. **Política fiscal e ciclo econômico: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público.** XXI Prêmio do Tesouro Nacional, 2016.

PAULA, L. F.; MODENESI, A.; PIRES, M. C. C. **The tale of the contagion of two crises and policy responses in Brazil: a case of (Keynesian) policy coordination.** *Journal of Post Keynesian Economics*, v.37, n.3, p.408-35, 2015.

PAULA, L. F.; SARAIVA, P. **Novo consenso macroeconômico e regime de metas de inflação: algumas implicações para o Brasil.** *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v.26, n.128, p.19-32, 2015.

PICHONELLI, Matheus. **Em fim de semana trágico, os Bolsonaro dão o exemplo com festa e jet ski.** *Yahoo Notícias*, 11 maio 2020. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/jair-bolsonaro-coronavirus-festa-jet-ski-115702211.html>
Acesso em: 12 set. 2022.

PIRES, M. C. C. **Análise da PEC 241.** Nota técnica, IPEA, 2016 a.

PRATES, D. M.; PAULA, L. F. **Capital account regulation in Brazil: an assessment of**

the 2009-2013 period. *Brazilian Journal of Political Economy*, v.37, n.1, p.8-129, 2017.

PUREZA, Fernando. **As inspirações de Paulo Guedes.** *Esquerda online*, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/26/as-inspiracoes-de-paulo-guedes/> Acesso em: 26 jun. 2022.

SALTO, F.; DE BOLLE, M. **Teto da PEC não é uma Brastemp.** 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/11/opinion/1476217542_928943.html. Acesso em 28 set. 2022.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio A. **O espectro da estagnação estrutural.** *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 359, p. 5-6, jul. 2019. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/anexos/3D96824ECB6D3454F39264E552B2363A.pdf> Acesso em: 30 jul. 2022.

SCHETTINI, B.; SQUEFF, G.; GOUVÊA, R. **Estimativas da função de exportações agregadas com dados das Contas Nacionais Trimestrais.** *Texto para Discussão IPEA* n.1598, mar. 2012.

SETTI, Renan. **Jorge Paulo Lemann: o que eu gosto mais é que toda crise é cheia de oportunidades.** *O Globo, Economia*, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/jorge-paulo-lemann-que-eu-gosto-mais-que-toda-crise-cheia-de-oportunidades-24375730> Acesso em: 20 jun. 2022.

SPE. **Monitor de política fiscal: Resultado fiscal estrutural.** Ministério da Fazenda, maio de 2016.

TAKAR, Téo. **Mundo corre risco de entrar em recessão; o que aconteceria com o Brasil?** São Paulo. *UOL*, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/08/14/mercados-dolar-bolsa-crise-recessao.htm> Acesso em: 30 jul. 2022.

VALFRÉ, Vinicius. **Bolsonaro volta a criticar isolamento social: 'Não dá para continuar assim'.** *UOL: Estadão*, São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/26/bolsonaro-volta-a-criticar-isolamento-social-nao-da-para-continuar-assim.htm> Acesso em: 10 ago. 2022.

VESPA, Talyta. **Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de covid no país.** *UOL*, São Paulo, 6 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm> Acesso em: 26 jun. 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por tudo o que fez na minha vida até hoje, e o que irá fazer.

Aos meus pais, Arlindo e Alda, por toda educação e os ensinamentos que me deram, para construção da pessoa que sou. Sei do que foram capazes de fazer para que eu conseguisse chegar até aqui.

Ao meu esposo Jean Fábio, por todo companheirismo e apoio que tem me dado, e por não ter largado da minha mão durante toda jornada acadêmica, e mostrando diariamente do quanto eu sou capaz de fazer e realizar aquilo que quero conquistar.

A minha sogra Irany e meus cunhados Samuel e Gustavo, que me acolheram quando precisei.

Aos meus irmãos, por tudo que fizeram pela minha vida. E em especial a minha Irmã Aline, na qual sempre acreditou em mim.

Aos meus avós Classinete, Antônia, Alirio e Aluizio por serem a base da nossa família. A minha família em geral, por sempre torcerem pelo meu sucesso.

Aos colegas de turma, que passaram por essa minha jornada.

A minha orientadora Prof^a. Me. Ilcleidene Pereira de Freitas, por todos os ensinamentos e conhecimento passado, e por toda paciência e compreensão que teve comigo, voce sempre acreditou no meu potencial, e foi fundamental neste momento da minha vida.

Meu muito obrigada!